

## ASPECTOS GERAIS

### Princípios:

1. Da predominância do interesse { União: geral  
Estados: regional  
Municípios: local } DF
2. Da subsidiariedade: as questões devem ser resolvidas pelo ente que estiver mais próximo da tomada de decisão

### Técnicas:

1. Horizontal: cada ente atua em uma área específica, sem a interferência do outro (competências exclusivas/privativas)
2. Vertical: exercidas em conjunto pelos entes (Atuação coordenada) (Competências comuns e concorrentes)

a CF/88 adotou ambas!

### ATENÇÃO!

#### COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS:

Relacionadas à execução e prestação de serviços-públicos

#### COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS:

Relacionadas à criação das leis

## COMPETÊNCIAS CONCORRENTES

Direito	{	Penitenciário	• Proteção do meio ambiente
		Urbanístico	• Educação
	{	Financeiro	• Ensino
		Econômico	• Ciência
	{	Tributário	• Pesquisa, desenvolvim. e inovação
		Orçamento	• Previdência social
			• Proteção e defesa da saúde

# REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

## REPARTIÇÃO NA CF/88

- Enumera expressamente as competências da União (exclusivas e privativas) e dos municípios

Administrativas e indelegáveis

Legislativas e delegáveis aos estados via lei complementar

- Não lista as competências dos estados (residual)  
Mas prevê: explorar diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei (vedada edição de medida provisória)

## COMPETÊNCIAS COMUNS

= todos os entes (repartição vertical)

Relacionadas a interesses difusos

(saúde, meio ambiente, moradia

Patrimônio { Histórico  
Cultural  
Artístico

pobreza, segurança no trânsito...)

## COMPETÊNCIAS CONCORRENTES:

União = normas gerais (municípios não!)  
Estados/DF = normas complementares

Inexistindo lei federal, os estados exercerão competência legislativa plena para atender suas peculiaridades

Superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário (não revoga!)

## COMPETÊNCIAS DA UNIÃO

### EXCLUSIVAS: (administrativas)

Relacionadas a:

1. Relações com outros estados
2. Atividades nucleares
3. Defesa nacional e matérias bélicas
4. Estado de sítio, defesa, intervenção
5. Moeda e câmbio
6. Serviço postal e de telecomunicações
7. Exploração de serviços de transporte interestadual e internacional
8. Assuntos de abrangência nacional (classificações indicativas, estatísticas...)
9. Inspeção do trabalho
10. Garimpagem

**NOVIDADE!** (EC 118/022)  
sob regime de **permissão**, são autorizadas:

- { produção, comercialização, utilização de radioisótopos para pesquisa e uso médicos
- { comercialização, utilização de radioisótopos para pesquisa e uso agrícolas e industriais

**NOVIDADE!** (EC 115/022)  
Compete à União **organizar e fiscalizar a proteção e o tratamento de dados pessoais.** (nos termos da lei)

## REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

## COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS

1. Legislar sobre assuntos de interesse local
2. Suplementar a legislação { Federal Estadual
3. Criar/organizar/suprimir distritos (observada legislação estadual)
4. Prestar serviços de interesse local (transporte coletivo tem carácter essencial)
5. Manter programas de ensino fundamental e educação infantil
6. Prestar atendimento à saúde da população com cooperação técnica e financeira da União e dos estados
7. Promover adequado ordenamento territorial (planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano)
8. Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual

### PRIVATIVAS: (legislativas)

São delegáveis:

**Requisitos:**

- Lei complementar
- Delegação de questões específicas
- Deve abranger todos os estados

1. Direito: Processual, eleitoral, civil, penal, comercial, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial, do trabalho
2. Desapropriação
3. Serviços { Postal Monetário, câmbio
4. Comércio exterior/interestadual
5. Diretrizes { Política nacional de transporte Da educação nacional
6. Trânsito e transporte
7. Consórcios e sorteios
8. Poupança
9. Nacionalidade, cidadania
10. Populações indígenas
11. Seguridade social
12. Defesa
13. Propaganda comercial
14. Normas gerais de licitação e contratação
15. **proteção e o tratamento de dados pessoais**

**NOVIDADE!** (EC 115/022)

### SÚMULAS IMPORTANTES:

**SU. 38:** "é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial"

**SU. 49:** "ofende a livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área"

Salvo questões de segurança (ex.: postos de gasolina)

Não pode para estabelecimentos bancários (União)